

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

Projeto de Lei: 5047/2018

Processo: 9843/2018

Autor: Dalto Neves

Ementa: "Dispõe sobre a Instalação de comedouros/bebedouros denominados

"COMEDOG" para cachorros abandonados no Município de Vitória."

I - RELATÓRIO

A proposta apresentada visa dispor sobre a Instalação de comedouros/bebedouros denominados "COMEDOG" para cachorros abandonados no Município de Vitória.

Trata-se de projeto de Lei de autoria do Vereador Dalto Neves, que esclarece que o objetivo é alimentar cães de rua, para que tenham uma vida mais saudável, haja vista ser alto o risco de desnutrição, levando-se em consideração a grande quantidade de cães abandonados pelas ruas de nossa cidade.

Menciona ainda, que os comedouros/bebedouros serão instalados em pontos com maior concentração de cães abandonados e caberá ao Poder Executivo Municipal realizar a instalação desses pontos de alimentação.

Para tal, esclarece que o financiamento do "COMEDOG" será efetuado por empresa da iniciativa privada e por voluntários, que passarão por uma entrevista e assinarão um termo de compromisso em monitorar o ponto.

É o relatório.





II - PARECER DO RELATOR

É da competência desta Comissão de Justiça, Serviço Público e Redação, na forma do Art. 61 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória, a verificação constitucional, legal e jurídica dos Projetos de Lei apresentados.

Registre-se que a presente matéria não é de competência exclusiva do Poder Executivo, uma vez que são irrisórias as despesas e assim sendo, não violam o princípio da separação dos Poderes, tampouco interfere no poder exclusivo de administrar, tendo por objetivo apenas facilitar a realização de ações por parte dos particulares que visam minimizar os riscos à vida dos cachorros abandonados nas ruas do nosso Município.

O objetivo da proposição é que o financiamento do COMEDOG seja realizado por empresa da iniciativa privada, cabendo ao Poder Executivo Municipal somente realizar a instalação desses pontos de alimentação, e assim sendo, as despesas são totalmente irrelevantes para a Municipalidade.

Ademais, de acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, "não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos" (RE 878.911 RG/RJ. Pleno. Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 29.09.16).

Na Representação de Inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 6.062, de 31 de março de 2016, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça fluminense declarou-a constitucional, senão vejamos:

Sur

Gamara Municipal de Visor i Ribesse Folha Rubric i 9943 08



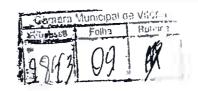
Ementa do Acórdão

ÓRGÃO **ESPECIAL** REPRESENTAÇÃO **POR** INCONSTITUCIONALIDADE Nº 12/2017 - 0066354-46.2016.8.19.0000 REPRESENTANTE: PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO REPRESENTADO: PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE **JANEIRO** RELATOR: DES. **GABRIEL ZEFIRO** LEGISLAÇÃO: LEI MUNICIPAL Nº 6.062, DE 31 DE MARÇO DE 2016.

ACÓRDÃO

Representação de inconstitucionalidade. Lei Municipal carioca 6062/2016, que "dispõe sobre a obrigatoriedade do registro do grupo sanguíneo e fator RH nos uniformes de todos os alunos matriculados nas escolas de rede pública e privada no Município". Alegado vício formal na norma, aprovada por iniciativa de parlamentar. De acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, "não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos" (RE 878.911 RG/RJ. Pleno. Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 29.09.16). Lei Municipal 6062/2016 que não criou nenhum órgão ou secretaria na estrutura administrativa do Município do Rio de Janeiro, nem adicionou nova atribuição ao Poder Executivo, a quem já compete assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, direito à vida e à saúde (artigo 45 da Constituição Estadual). Identificação do tipo sanguíneo que se coaduna com a infeliz realidade de crianças, feridas por balas perdidas e outras formas de violência. Providência que pode contribuir para o







tratamento médico imediato e eficaz, em caso de emergência. Improcedência do pedido."

Denota-se da jurisprudência acima mencionada que o caso ali descrito trata de gasto ínfimo para o Poder Público, assim como no caso do Projeto de Lei em discussão, ao se considerar o benefício que essa proposição trará para os animais domésticos, o baixo custo se justifica.

Ademais, a proposição evitará ainda que os animais domésticos famintos rasguem os sacos de lixo à procura de comida atraindo roedores que causam muitas doenças ao ser humano, se tornando uma questão de saúde pública.

E assim, nos termos da fundamentação acima descrita, após a análise técnica especializada quanto aos aspectos legais da proposição, encontrando-se de acordo com os ditames constitucionais e legais pertinentes à matéria e, em atendimento ao artigo 61 da Resolução 1919/14, opinamos, pela CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE do Projeto de Lei 5047/2018.

É o parecer.

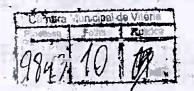
Palácio Atílio Vivácqua, 19 de dezembro de 2018.

Sandro Parrini

∕ereador –(RDT

Matéria: Projeto de Lei nº 5047/2018

CCJ 27/12/2018 - 14:52:47 às 14:58:50 Nominal Ata



TOTAL

rum :

de l'resentes : 5 Parlamentares

e do Parlamentar		Partido Voto	Horárið
Coma ci ,	to a little of the second	P\$B Sim	14:58:44
nho dos Anjos	The state of the s	PPS Sim	14:58:28 14:58:25
ro Parrini derson Marinho	The state of the s	PDT Sim	14:58:23
CW.		PSC Sim	14:58:33

SILIENTE

The Company